



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

Acta N.º 01/2026

(17ª do Mandato - 2023/2027)

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 20 de janeiro de 2026 (15:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 11 (onze) Conselheiros (membros do CP do CCP): António Guerra Iria, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Daniel Ferreira Loureiro, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, Odete da Silva Fernandes, e Vasco Pinto de Abreu. Presente ainda a Coordenadora da CT CEPECACS, Sandro Mano Ferreira. Ausências de António Manuel Mota da Cunha, e dos Coordenadores da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata e da CT QSEFM, Hilário da Cunha.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na primeira reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, do ano de 2026, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

2. Assuntos em Discussão

2.1 Aprovação da Ata da reunião de 20 de janeiro de 2026

2.2 Uso do novo logótipo pelo CCP

2.3 Registo Marca CCP

2.4 Participação cívica na eleição presidencial

2.5 Assuntos Gerais

2.1 Aprovação da Ata da reunião de 20 de janeiro de 2026

A Ata da Reunião de 20 de janeiro de 2026 foi aprovada por todos os membros do Conselho Permanente presentes na reunião. Após a assinatura do Presidente e dos Secretários, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada à SECP e à DGACCP, sendo solicitada a sua distribuição a todos os conselheiros do CCP.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

2.2 Uso do novo logótipo pelo CCP

O Presidente informou que a data prevista para início da utilização do novo logótipo era 15 de janeiro. Dando seguimento ao ponto, abriu a discussão sobre a proposta de aspeto gráfico da folha de papel timbrada, elaborada pela conselheira Beatriz Pereira e enviada com a convocatória.

Intervenções e Deliberações:

- O Presidente sugeriu que a marca (logótipo) fosse colocada no canto superior esquerdo, com a designação "Conselho das Comunidades Portuguesas" centralizada. Propôs ainda que fosse deixada uma linha editável abaixo deste título para que cada estrutura (Conselho Permanente, Conselhos Regionais, Secções, Comissões Temáticas) pudesse identificar-se. Sugeriu também a inclusão do endereço do site no rodapé, servindo como referência única de contacto institucional.
- O conselheiro Vasco de Abreu concordou com as sugestões do Presidente e questionou apenas a questão da tipografia, não tendo considerado o assunto prioritário.
- O conselheiro Fernando Campos manifestou preferência pessoal pelo logótipo centralizado, mas após esclarecimento de que a proposta o mantinha à esquerda, concordou com a solução apresentada.
- O Vice-Presidente Paulo Marques questionou a necessidade de manter uma linha preta de delimitação em toda a volta do documento, conforme a minuta enviada. Após breve debate, o conselheiro Manuel Coelho e o Presidente manifestaram preferência pela sua remoção, entendendo conferir mais credibilidade ao documento, posição com a qual Paulo Marques concordou.

Deliberação: Foi aprovado, por unanimidade, o seguinte modelo para o papel timbrado:

- **Canto superior esquerdo:** Logótipo.
- **Centro:** "Conselho das Comunidades Portuguesas", com a possibilidade de, numa linha imediatamente abaixo, ser inserida a identificação da estrutura específica (ex.: Conselho Permanente, Conselho Regional, Círculo do Canadá...).
- **Rodapé:** Endereço do site oficial do CCP.

Encaminhamentos:

1. A conselheira Beatriz comprometeu-se a elaborar um protótipo com as alterações aprovadas e enviá-lo aos membros do Conselho Permanente para validação final.
2. Após aprovação final, o Presidente enviará o novo ficheiro a todos os conselheiros, à DGACCP e ao Gabinete da Secretaria das Comunidades.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

3. Será emitido um comunicado de imprensa para dar a conhecer publicamente a nova imagem, agradecendo a cedência da marca e explicando a alteração.
4. Será elaborada uma nota interna explicativa para todos os conselheiros sobre a utilização do novo papel timbrado e liberdade na criação de cartões de visita, desde que utilizado o novo logótipo.

2.3 Registo Marca CCP

O Presidente do CP do CCP informou que o ofício previsto na reunião anterior ainda não foi enviado, por se ter aguardado a reunião de hoje para alinhamento final.

Intervenções e Deliberações:

- A conselheira Beatriz Pereira esclareceu que, da última reunião, ficou a necessidade de elaborar um "estudo de viabilidade" e não um ofício direto. Pediu desculpa pelo atraso devido às atividades de fim de ano, mas comprometeu-se a retificar o documento ainda nesse dia, transformando-o numa consulta formal ao Gabinete do Secretário de Estado, solicitando um parecer técnico ou jurídico sobre a melhor forma de proteger a marca institucional do CCP.
- O conselheiro Rui Marcelo corroborou a decisão da reunião anterior, referindo que o ponto 2.5 da ata de 20 de dezembro estipula exatamente essa abordagem: uma consulta a expor a problemática e a solicitar orientação.

Deliberação: Ficou decidido aguardar que a conselheira Beatriz Pereira finalize o documento nos próximos dias, sem carácter de urgência, e que, após a sua receção pelo Conselho Permanente, este seja remetido ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para parecer e orientação sobre a viabilidade técnica e jurídica do registo.

2.4 Participação cívica na eleição presidencial

O Presidente Flávio Martins iniciou este ponto da reunião esclarecendo que não compete ao CCP, enquanto órgão coletivo, emitir análises políticas ou ideológicas sobre os resultados eleitorais. O objetivo da discussão centrou-se na avaliação da participação das comunidades, nos constrangimentos ocorridos e nas propostas de melhoria para o processo eleitoral.

Intervenções e Debates:

- **António Iria:** Destacou o aumento significativo de votos na Suíça (de 3 mil para 13 mil eleitores). Alertou para o problema de cidadãos que, ao alterarem a residência fiscal, não indicam a opção de voto, ficando desabilitados. Propôs uma recomendação do CCP para que a alteração de morada implique automaticamente a verificação da situação eleitoral.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

- **Fernando Campos:** Reforçou a necessidade de os consulados cumprirem a lei e de sensibilizar as comunidades para a sua própria responsabilidade na verificação dos dados. Criticou o mau funcionamento de muitos consulados honorários, limitando a participação de quem vive longe dos grandes centros.
- **Vasco de Abreu:** Apresentou números globais: 70.419 votantes fora do país, mais do que o dobro de 2021. Alertou para a desinformação e para as acusações infundadas de tentativas de fraude ou boicote, que atribuiu à ignorância sobre a lei eleitoral. Reforçou a necessidade de alterar a lei e de combater a desinformação.
- **Rui Marcelo:** Solidarizou-se com a questão da desinformação e alertou para o cuidado que os conselheiros devem ter na comunicação, para evitar interpretações erróneas que possam prejudicar a imagem do CCP. Apresentou dados da Ásia-Oceânia, com abstenção a rondar os 97%, apesar de um aumento de votantes de 60% em Macau.
- **Manuel Viegas:** Relatou problemas na Flórida com cidadãos recenseados em Portugal que não puderam votar, e a falta de informação prestada pelos funcionários aquando da renovação de documentos.
- **Paulo Marques:** Sublinhou que o CCP já havia antecipado os problemas do processo eleitoral. Em Paris, registou-se grande afluência, embora com poucas mesas de voto. Alertou para a necessidade de acompanhar as alterações à lei autárquica e informou sobre o próximo teste de voto eletrónico em França.
- **Daniel Loureiro:** Referiu que em Montreal, a participação triplicou. Alertou para o constrangimento da 2.ª volta, que pode impedir o voto de cidadãos que se desloquem entre as duas voltas.
- **Flávio Martins:** Reforçou a falta de informação sobre o voto antecipado e lamentou que os representantes dos partidos na Comissão Nacional de Eleições não tivessem reclamado previamente dos problemas, ao contrário do CCP, que emitiu um alerta em dezembro.

Deliberação: Por proposta do Presidente do CP do CCP, e com a concordância geral, foi aprovada a elaboração de uma nota pública do CCP. Esta nota deverá:

- Chamar a atenção para os alertas emitidos anteriormente pelo Conselho que se vieram a confirmar.
- Analisar o aumento da participação e os constrangimentos persistentes (desdobramento de mesas, funcionamento de consulados honorários, falta de informação).
- Lançar novamente o desafio para o alargamento das modalidades de voto nas comunidades.
- Ser redigida sob a forma de um esboço pelo Presidente, enviada de seguida para contributos dos membros e emitida até ao início da semana seguinte.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

Outros Contributos:

- Sandro Mano Ferreira e Odete Fernandes concordaram com a falta de informação, especialmente nos canais públicos (RTP/RDP), propondo que a Comissão Temática para o Ensino de Português no Estrangeiro, Cultura, Associativismo e Comunicação Social aborde o assunto.
- Vasco de Abreu reforçou a inércia da RTP e RDP na criação de programas informativos regulares sobre o recenseamento e voto.
- Paulo Marques alertou para os constrangimentos orçamentais no Conselho de Opinião da RTP, que podem afetar a participação dos conselheiros.
- António Iria alertou que a falta de resposta às necessidades das comunidades leva a fenómenos de descontentamento e adesão a partidos extremistas.
- Manuel Coelho questionou se os boletins de voto para a 2.ª volta estavam assegurados, tendo o Presidente confirmado que sim, seriam os mesmos.

2.5 Assuntos Gerais

Dando cumprimento ao derradeiro ponto da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra aos conselheiros para apresentação de informações relevantes sobre a sua atividade e demais questões que não se enquadrassem nos pontos anteriores.

A conselheira Sandra Mano informou que, por motivos de força maior relacionados com um óbito na família, não lhe foi possível marcar presença no ato eleitoral do passado domingo, conforme inicialmente previsto. Apesar dessa impossibilidade, foi informada de que o processo decorreu com normalidade e eficiência no consulado da sua área de residência, tendo os tempos de espera sido reduzidos e a organização merecido o reconhecimento dos eleitores. Anunciou ainda que a comissão temática em que se integra irá dedicar especial atenção à insuficiência de informação prestada pelos canais públicos de comunicação social, designadamente a RTP Internacional e a RDP Internacional, problema que, no seu entendimento, persiste desde as anteriores eleições legislativas e voltou a manifestar-se no atual ato eleitoral.

A conselheira Odete Fernandes manifestou integral concordância com a análise da conselheira Sandra Mano, reforçando que a informação disponibilizada sobre os procedimentos eleitorais se revela claramente insuficiente para responder às especificidades da diáspora. Relatou a sua experiência na tentativa de obter esclarecimentos junto da Comissão Nacional de Eleições, cujas perguntas frequentes considerou limitadas e pouco elucidativas para os casos concretos que lhe foram apresentados. Exemplificou com a situação de cidadãos reformados que, residindo alternadamente entre Portugal e França, se viram impedidos de exercer o direito de voto por questões relacionadas com a morada fiscal, concluindo que a atuação do Conselho nesta matéria se encontra ainda numa fase inicial.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

O conselheiro Manuel Viegas apresentou o balanço do ato eleitoral na Flórida, onde se registou um aumento significativo da participação, tendo o número de votantes triplicado relativamente a 2021. O principal constrangimento verificado prendeu-se com a situação de eleitores que, encontrando-se recenseados em Portugal, se dirigiram ao consulado esperando poder votar, o que não lhes foi possível, gerando protestos e alguma confusão. Deixou em aberto a questão de saber como poderá o Conselho, no futuro, contribuir para mitigar este tipo de situações.

O conselheiro Manuel Coelho informou que o processo eleitoral na Namíbia decorreu dentro da normalidade, com os constrangimentos já identificados e comuns às demais secções de voto. Relativamente aos trabalhos do Conselho Regional de África, comunicou que a reunião prevista terá de ser adiada. Este adiamento resultou, num primeiro momento, de solicitação do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e, posteriormente, da deslocação do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros à Namíbia na semana imediatamente seguinte àquela em que o governante poderia deslocar-se, o que tornaria a sucessão de visitas pouco adequada do ponto de vista protocolar. Encontra-se a aguardar novas datas, tendo o Presidente advertido para a necessidade de não comprometer a execução orçamental, sugerindo que se avance com a reunião independentemente da presença do membro do Governo, caso não seja possível obter uma resposta em tempo útil.

O conselheiro Vasco de Abreu sublinhou a importância da presença dos membros do Conselho nos consulados durante o ato eleitoral, partilhando a sua experiência em Joanesburgo, onde colaborou nos trabalhos de contagem de votos, contribuindo para a celeridade do processo, o que mereceu o reconhecimento das autoridades consulares.

O conselheiro Rui Marcelo, por último, deu conta de uma questão relativa a um ofício anteriormente enviado, referindo que o anexo que seguiu com a mensagem não correspondeu ao inicialmente previsto, tendo já procedido ao esclarecimento da situação por correio eletrónico. Informou seguidamente que a reunião do Conselho Regional da Ásia e Oceânia, agendada para os dias 26 e 27 de março de 2026, se encontra a aguardar confirmação oficial por parte da embaixada em Pequim, em virtude da mudança de titular naquele posto diplomático, prevista para o final de fevereiro ou início de março. Manifestou, contudo, a sua convicção de que as datas propostas poderão manter-se, comprometendo-se a dar início às diligências logísticas junto da DGACCP e do GSECP logo obtenha a confirmação definitiva.

3. Próxima Reunião

Ficou acordado que a próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á no dia 21 de fevereiro de 2025, por videoconferência, às 14:00 de Lisboa.



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CONSELHO PERMANENTE

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16:30 (hora de Lisboa) do dia 20 de janeiro de 2026, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 20 de janeiro de 2026.

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)